

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

GRENDACC COMEMORA UM ANO DE HOSPITAL

A sessão ordinária de ontem da Câmara de Jundiá foi suspensa logo após a Tribuna Livre para uma fala da presidente do Grupo em Defesa da Criança com Câncer (Grendacc), Verci Bútaló, em comemoração ao 1º ano de inauguração do Hospital da Criança com Câncer da instituição, no dia 1º de maio. Ela compartilhou com os presentes um balanço dos atendimentos feitos pelo hospital em seu primeiro ano.

COORDENADORIA DA MULHER É ANUNCIADA

Na Tribuna Livre, durante a sessão de ontem da Câmara, a coordenadora do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindserjun), Francine Galeoti, anunciou a criação de uma coordenadoria da mulher na entidade para garantir às servidoras algum apoio. Ela justificou o projeto citando o caso de uma servidora assassinada pelo companheiro em 2016. “Diante da falta de programas e da ineficiência da lei, estamos adotando esta iniciativa”, disse.

Câmara aprova proibição de arte, vendas e esmola na rua

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Artistas de rua que se apresentam em semáforos, representantes de coletivos de arte locais, membros do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e de diversos partidos da oposição, como PT, PSOL e MDB, marcaram presença na sessão ordinária de ontem da Câmara de Jundiá.

Os grupos se reuniram para protestar contra o Projeto de Lei (PL) nº 12.469, do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), que proíbe a ação de artistas de rua, ambulantes e pedintes na via pública, em especial nos semáforos e faixas de pedestres. Apesar das manifestações, o projeto foi aprovado por 15 a 3.

‘ARTE NÃO É CRIME’

O debate começou logo no início da sessão com a manifestação de Gustavo Koch, membro do CMPC, na Tribuna Livre. O promotor cultural afirmou que o projeto não passou pelo crivo da Unidade de Gestão de Cultura e nem do Conselho de Cultura “como é de praxe”.

Gustavo criticou fortemente a proposta, afirmando



Artistas foram à Câmara e protestaram contra o projeto do prefeito. Saíram inconformados com o resultado da votação

que ela é inconstitucional, higienista, preconceituosa e opressora. “Ao invés de marginalizar a arte de rua e os pedintes, a prefeitura deveria criar políticas públicas para

enfrentar o desemprego e as drogas”, disse. Ele também reprovou trechos do projeto que permitem condução coercitiva por parte da Guarda Municipal. “Arte não é cri-

me”, finalizou.

Durante a discussão do projeto, alguns vereadores defenderam a medida, alegando que a propositura é legítima, que a atuação dessas

pessoas causa transtorno no trânsito e que é perigoso para eles mesmos, que correm risco de vida ao se apresentarem na via.

Os manifestantes pediram dados e estatísticas que comprovem o perigo de sua atuação. “Se o artista for atropelado é porque o carro passou no vermelho”, gritaram. Diante dos protestos, que impediram a fala de alguns vereadores, o presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), pediu que os cidadãos deixassem os vereadores discutir.

“Isso já tinha que ter sido discutido antes”, rebateram. “Algum artista aqui foi ouvido?”, perguntou um deles, que ouviu um coro de “não” como resposta.

PEDIDO NEGADO

Durante a votação, o coro dos manifestantes pedia que o projeto fosse adiado e debatido com o Conselho de Cultura e com os “artistas de sinal”, como eles mesmos se chamam. Mesmo assim, a proposta foi aprovada por 15 votos favoráveis e 3 contrários. Votaram contra os vereadores Márcio Cabeleireiro (MDB), Cristiano Lopes e Edicarlos Vieira (ambos do PSD).

ALESSANDRO ROSMAN